



Encontro
da Rede **10**^o
de Estudos Rurais

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

A PESQUISA-AÇÃO E A ABORDAGEM DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO¹

Isabela Tsutiya Andrade²
Paola Beatriz May Rebollar³
Ademir Antonio Cazella⁴

GT 2: Mediadores em conflitos sociojurídicos no campo: assessorias, extensão rural e pesquisa-ação

RESUMO

O desenvolvimento territorial sustentável (DTS) vem sendo estudado há décadas e seus primeiros estudos e concepções surgiram em países da Europa nos anos 1970. A cesta de bens e serviços territoriais (CBST) se apresenta como uma das abordagens teórico-metodológica estudadas e foi pensada por teóricos franceses nos anos 1990. A adaptação dessa abordagem para o contexto brasileiro apresentou seus primeiros estudos no começo dos anos 2000, mas por conta das diferenças entre as realidades, pesquisadores e agentes do desenvolvimento se depararam com novos desafios a serem enfrentados ao pensar o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil. O presente artigo, a partir de revisão de literatura, pesquisa exploratória e diálogo com pesquisadores da CBST, busca apresentar a pesquisa-ação como alternativa metodológica para fomentar os processos de desenvolvimento territorial sustentável no contexto brasileiro, bem como algumas experiências já em curso, considerando o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial sustentável; Cesta de bens e serviços territoriais; Capacitação de atores territoriais.

¹ A elaboração deste trabalho tem por base as contribuições dos seguintes projetos de pesquisa: 1) Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc), Chamada Pública Fapescc nº 12/2020, Programa de Pesquisa Universal; 2) Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, apoio financeiro da Fapescc e Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10; 3) Desenvolvimento territorial sustentável: a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, Edital de bolsa de produtividade em pesquisa CNPq – PQ 2022.

² Universidade Federal de Santa Catarina, isa.t.andrade@gmail.com

³ Universidade Federal de Santa Catarina, paola.rebollar@ufsc.br

⁴ Universidade Federal de Santa Catarina, aacazella@gmail.com

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento territorial sustentável (DTS) apresenta uma trajetória de quatro décadas de formulações teóricas e testes empíricos. Foi a partir do final dos anos 1970, com ascensão do neoliberalismo, descenso do keynesianismo e descentralização do Estado, que, na Europa, as regiões começaram a ganhar importância nos processos de planejamento do território, o que resultou no fomento do debate acerca do desenvolvimento local (termo utilizado na época). Somado a isso, o contexto do pós guerra no início dos anos 1980, com o início do movimento de retorno populacional para o meio rural fez com que o desenvolvimento local ganhasse muita evidência, fazendo mais sentido para atores rurais do que atores urbanos.

Na última década do século XX emergiu a ideia de DTS que mantinha a lógica local, porém sem perder conexões com o nacional e global. O território enquanto unidade de planejamento adquiriu nesta perspectiva contornos diferenciados das unidades administrativas (territórios-dados) e, apesar de enfatizar a localização geográfica como suporte das atividades econômicas, incorporou os processos históricos e sociais locais e suas especificidades organizacionais, institucionais e mercadológicas como potenciais para o desenvolvimento (PECQUEUR, 2006). Segundo essa abordagem, o território constitui-se de dinâmicas múltiplas e sobrepostas que implicam no reconhecimento da mútua dependência entre as diferentes unidades de paisagem existentes, bem como entre as áreas rurais e urbanas (JEAN, 2010).

A lógica territorial visa superar uma abordagem estritamente setorial (agrícola) do desenvolvimento, o que implica no (re)conhecimento dos diversos atores sociais, grupos de interesse e organizações que constituem o território, enfatizando a relação sociedade-economia-ecologia (ABRAMOVAY, 2010). Esta proposta supera a lógica comunitária porque não implica em pequena escala e supera, também, a esfera regional, pois pressupõe uma construção histórica e social e não unicamente um conjunto de recursos em determinado espaço geográfico.

Dentre diferentes formulações de desenvolvimento territorial sustentável, o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) foi formulado a partir de estudos empírico na região de Baronnies, sul da França. Pensado originalmente por Pecqueur (2001) e Mollard (2001), a CBST é fundamentada na especificação de recursos territoriais, nos preceitos da sustentabilidade e na construção de um sistema de governança. Trata-se da articulação entre ações mercantis e não mercantis entre atores do território, construída de forma cooperada, com objetivo de encontrar soluções para problemas comuns a partir da valorização de recursos específicos do território. Ela pressupõe um referencial geográfico, uma inscrição no espaço que privilegie as atividades, os bens e o serviços desse território, considerando a lógica intrínseca dos atuais objetivos de desenvolvimento sustentável. A especificidade dos recursos

(bens e serviços) é o que torna o território diferenciado. A abordagem da cesta possibilita, dessa forma, que aquele recurso menos evidente para os atores territoriais se sobressaia, assim como o território possa se destacar entre outros por conta de processos de especificação inusitados.

A partir dos anos 2010, a abordagem da CBST passou a ser adotada por pesquisadores do DTS para o contexto brasileiro (CAPELLESSO et al., 2022; CAZELLA et al., 2019, 2020; MEDEIROS; SABLAYROLLES; CAZELLA, 2021; MILANO; CAZELLA, 2022; TECCHIO et al., 2020). Entretanto, a realidade do Brasil difere em diversos aspectos da realidade socioeconômica de origem da CBST. No Brasil, 90% dos municípios apresentam características rurais muito marcantes (IBGE, 2010), com profundas desigualdades sociais, insegurança alimentar e fome de parcela da população (FAO, 2022), famílias agricultoras excluídas do sistema alimentar hegemônico e coabitação de projetos do agronegócio e de valorização da sustentabilidade e de bens e produtos de qualidade.

Diante dessas diferenças, autores que estudam o DTS no Brasil a partir do enfoque da CBST elencaram aspectos e desafios que devem ser superados para que a abordagem possa, de fato, contribuir com os processos de desenvolvimento territorial sustentável nos países do Sul. No entanto, faltam pesquisas e testes empíricos sobre quais metodologias podem ser utilizadas para que esses obstáculos sejam superados (CAZELLA et al., 2020; MILANO; CAZELLA, 2022).

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar a pesquisa-ação como alternativa metodológica para fomentar os processos de desenvolvimento territorial sustentável no contexto brasileiro, considerando o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. O procedimento metodológico principal consistiu na revisão de literatura complementado com pesquisa exploratória em um território rural de Santa Catarina e diálogo com integrantes do grupo interinstitucional de pesquisa sobre o enfoque da CBST. Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho está dividido em três partes, sendo a primeira sobre o desenvolvimento territorial sustentável, a segunda apresenta o enfoque da CBST e a terceira discute a intersecção entre a pesquisa-ação e a CBST adaptada para o contexto brasileiro.

DESENVOLVIMENTO

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Para abordar o tema do desenvolvimento territorial sustentável é preciso antes apresentar as definições de desenvolvimento, de território e de sustentabilidade utilizadas neste

artigo. Como desenvolvimento, entendemos um combinado de processos de avanços sociais, econômicos culturais e ambientais, que visam a expansão da liberdade humana e da capacidade de realização, bem como a melhora na qualidade de vida da população (PECQUEUR, 2006; SEN, 1993).

Já o conceito de território utilizado aqui é o de território construído. Isto é, um espaço composto de indivíduos, que, a partir da construção social, buscam soluções para os problemas em comum. Composto da presença e participação de atores, da luta pelos direitos e de acesso a recursos territoriais específicos, que podem ser explorados e valorizados de forma cooperada (CAZELLA et al., 2020; GLON; PECQUEUR, 2006; HIRCZAK; JANIN; LAPOSTOLLE, 2022; KATO; DELGADO; ROMANO, 2022; PECQUEUR, 2006). O processo de valorização desses recursos específicos pressupõe a construção política de coalizões sociais de forma a integrar atores de distintas categorias socioprofissionais (FAVARETO et al., 2015) e, também, de escalas territoriais diversas, não se limitando ao espaço geográfico do território-dado definido por entes administrativos ou de gestão de políticas públicas.

Em relação à sustentabilidade, o desenvolvimento territorial sustentável (DTS) abordado neste texto se baseia nos fundamentos do ecodesenvolvimento, discutido por Sachs (1986), que visa a harmonia entre o desenvolvimento e o meio ambiente (GODARD, 1998). Os fundamentos abrangem a dimensão do uso de recursos naturais e valorização de resíduos, no formato de economia circular, a dimensão territorial, relacionada ao espaço onde ocorrem os processos de adaptação ao meio e adaptação das tecnologias, e a dimensão do *hábitat*, relativa aos espaços físicos, de infraestrutura, utilizados pelas comunidades. Neste sentido, o DTS foca em ações que, diante da complexidade, focam em resultados a longo prazo (VEIGA, 2003).

É importante destacar, que após anos de construção e uso do conceito de sustentabilidade, percebeu-se o desafio de se definir e mensurar a sustentabilidade, devido à sua polissemia e sua abrangência (NASCIMENTO, 2012; TEODORO, 2011; VEIGA, 2010a). Diante disso, Veiga discute a sustentabilidade como um novo valor societário, “cujo sentido essencial é de responsabilidade pelas oportunidades e limites que condicionarão as vidas das próximas gerações da espécie humana” (VEIGA, 2010b, p. 39-40), e que deve ser levado em consideração quando trabalhando com DTS.

Atualmente, a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável é tida como a principal forma de análise para o desenvolvimento rural na América Latina, pois é uma abordagem que contempla a pobreza e suas dimensões, fortalece a agricultura familiar, reconhece a pluriatividade do meio rural, fomenta a relação campo-cidade e incorpora e valoriza as especificidades de cada território, o que pressupõem incorporar os preceitos da sustentabilidade. Neste sentido, o desenvolvimento territorial sustentável tem o território como unidade onde o protagonismo de atores sociais é potencializado com o objetivo de buscar um

ambiente mais sustentável.

Para entender os pilares do desenvolvimento territorial sustentável, os autores Kato, Delgado e Romano (2022) elencaram três dimensões, sendo elas: o sistema de governança territorial, a articulação das políticas públicas e a territorialização do mercado. A primeira salienta a importância da mobilização de redes dentro e fora do território para o fortalecimento do sistema de governança territorial, somado às ações públicas que fomentam a participação social.

A segunda dimensão ressalta a necessidade de monitoramento das ações e geração de dados e informações a respeito das políticas públicas e a relevância de aproximar o território das políticas públicas existentes. Já a terceira dimensão coloca os mercados como papel central no fortalecimento das economias rurais, bem como, discute o potencial de diversificação da economia do território e a criação de signos, selos, marcas e certificados que caracterizem os produtos de qualidade.

CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

Dentre os estudos sobre o desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais que aborda as três dimensões citadas acima está o referencial teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. O estudo pioneiro acerca da CBST foi realizado por teóricos franceses na região de Baronnies, no sul da França, nos anos 1990, e é o que melhor articula esse estilo de desenvolvimento à valorização de recursos e ativos territoriais específicos. (CAZELLA et al., 2020). A CBST surge a partir de estudos dos teóricos Pecqueur (2001) e Mollard (2001) sobre iniciativas de atores territoriais que buscam levantar fatores a serem explorados e organizados em uma área determinada, juntamente com sua cultura e história, de forma contrária ao sistema hegemônico de desenvolvimento (CAZELLA et al., 2020; HIRCZAK et al., 2008). A cesta é uma combinação original, que oferta simultaneamente produtos e serviços de qualidade e é constituída de três elementos principais, segundo Hirczak, Pecqueur e Mollard (2004):

1. Uma oferta específica de bens e serviços privados em um território, isto é, bens com origem territorial comum e uma imagem coerente, com modos de produção de qualidade específicos do território. Os serviços também são de alta qualidade e facilitam o acesso à cesta, como o turismo e a gastronomia do território, etc.
2. Relações de proximidade e confiança e demanda por produtos e serviços por sua qualidade, notoriedade e conhecimento do território e de suas tradições;
3. Bens públicos que valorizam a cesta, como o meio ambiente (paisagens, biodiversidade), os patrimônios e a cultura locais e a história e as tradições do território.

A CBST não se limita, portanto, a apenas ofertar produtos e serviços de qualidade, mas por todo um processo de identificação e articulação de recursos vinculados a uma história, cultura e paisagem local. Tal processo acontece ao longo do tempo e pode ser caracterizado como o efeito cesta, ou seja, constata-se a existência de arranjos desses bens e serviços nos territórios, que, a partir d sua contínua organização, os componentes de uma CBST vão se constituindo (CAZELLA et al., 2020).

O efeito cesta permite o aumento da percepção da qualidade de outros produtos locais, que muitas vezes não são valorizados, mas podem gerar uma Renda de Qualidade Territorial e possibilitar a ampliação do seu reconhecimento (HIRCZAK et al., 2008). Quanto a isso, o aprofundamento dessa valorização e do reconhecimento de produtos e serviços de qualidade do território passa pela organização e fortalecimento do sistema de governança territorial (TURNES et al., 2022).

Considerado, também, como um dos pontos chave do enfoque da CBST, o sistema de governança é resultado de um processo de ação e cooperação entre diferentes atores (públicos, privados e associativos). É no decorrer do tempo, através de vínculos e arranjos de atores territoriais, de diferentes esferas e escalas do território, que o sistema de governança vai se moldando e conduzindo o processo de desenvolvimento territorial sustentável (LELOUP; MOYART; PECQUEUR, 2005).

O sistema de governança se encontra em transformação contínua. É nessa esfera que são discutidas as movimentações sociais e políticas que acontecem no território, com seus consensos e tensões entre os atores. Além disso, é nesse coletivo, com a participação de pesquisadores e especialistas, que são pensadas as formas de análise, monitoramento e avaliação dos processos de desenvolvimento territorial sustentável, bem como as novas institucionalidades que podem ser mobilizadas para adensar a dinâmica em curso (CAZELLA et al., 2020).

A ADAPTAÇÃO DA CBST NO BRASIL

O enfoque da CBST foi formulado originalmente no meio rural do Sul da França nos anos 1990. A partir dos anos 2010, pesquisadores iniciaram estudos que utilizam este modelo de análise de processos de desenvolvimento territorial sustentável em territórios rurais brasileiros. Entretanto, quando se adota essa abordagem para territórios no Brasil é preciso levar em consideração algumas diferenças no contexto social e político que impactam diretamente os processos de desenvolvimento dos territórios.

No Brasil, 90% dos municípios têm características rurais muito marcantes e contam com cerca de 30% da população brasileira (IBGE, 2010). Nesses espaços muitas famílias encontram-

se excluídas do sistema alimentar hegemônico e em situação de vulnerabilidade social (TRIVELLATO et al., 2019). Somado a isso, o país apresenta uma expressiva desigualdade social, com persistência da fome e da má nutrição (FAO, 2022).

Neste cenário, o desenvolvimento territorial sustentável nos municípios brasileiros se faz importante para pensar alternativas e oportunidades, também, para esta parcela da sociedade. Entretanto, quando adaptada para o contexto brasileiro, a abordagem da CBST apresenta desafios que devem ser superados. Para Cazella et al. (2020), cinco aspectos merecem ser considerados. O primeiro se refere ao “desafio de construir mecanismos que possibilitem a participação de atores sociais que não integram as principais redes sociotécnicas das cadeias produtivas, sejam elas alicerçadas em circuitos longos ou curtos de comercialização, existentes nos territórios rurais” (CAZELLA et al., 2020, p. 9). O segundo aspecto está relacionado aos preços dos produtos de qualidade superior, a depender do seu modo de produção, da seleção dos insumos, se possui algum selo de qualidade. Ao apresentar preços mais elevados, o acesso a esses produtos fica restrito aos consumidores que têm o poder aquisitivo para tal. Na realidade do contexto brasileiro, o acesso a esses produtos se limitaria à minoria da população de um território, excluindo, portanto, a maior parte da população que, muitas vezes, trabalha com esses produtos e serviços de qualidade.

A implantação da CBST leva em consideração o cenário ambiental do território, marcado pelas paisagens e biodiversidade, e é relacionado a este tema que o autor apresenta o terceiro aspecto. Em grande parte dos territórios rurais brasileiros há a coabitação de projetos ligados ao agronegócio e aqueles ligados à valorização de produtos e serviços de qualidade. Isto é, para a preservação do cenário ambiental são necessários projetos de conservação, pesquisa e conscientização da população local sobre os quesitos ambientais, que dependendo do jogo de forças presentes no território são de difícil implementação.

O quarto aspecto se refere ao sistema de governança territorial, responsável pela operacionalidade do efeito cesta no território. Com a intensa desigualdade social e as assimetrias de poder existentes nos territórios brasileiros, uma boa relação entre atores sociais, privados e públicos se apresenta como desafio (CAZELLA et al., 2020; LACOMBE; CASABIANCA, 2018). Por fim, o quinto aspecto está relacionado à formação de atores sociais, prestadores de serviços, produtores e agentes públicos de desenvolvimento. Os autores enfatizam a falta de estudos e experiências sobre este tema, bem como o potencial dos processos de formação possibilitarem a construção de sistemas de governança e fomentarem processos de desenvolvimento sustentável dos territórios.

Considerando o contexto brasileiro e os aspectos desafiadores apresentados por Cazella et al. (2020), faz-se necessário a atuação de atores-chave que possibilitem o diálogo entre comunidade e pesquisa, buscando solucionar problemas de forma colaborativa. Neste

sentido, as instituições de ensino que atuam com pesquisa, ensino e extensão se apresentam como um ator importante nos processos de desenvolvimento territorial sustentável, utilizando-se de metodologias participativas que fomentem os processos de governança, formação, conscientização e participação de atores.

A PESQUISA-AÇÃO ALIADA À CBST NO BRASIL

A construção coletiva de uma cesta de bens e serviços num dado território implica em diversas ações complexas, como inventários de recursos, definição de estratégias de valorização, mobilização social e institucional e a apropriação de competências empreendedoras e interpessoais. Por conseguinte, esta construção implica no uso de diferentes metodologias de pesquisa, de capacitação e de articulação social. A partir da experiência francesa foi estabelecido um conjunto de ferramentas e estratégias capazes de mobilizar atores e recursos para a constituição de uma cesta sistematizadas em um guia metodológico (JANIN; PERRON, 2020). No entanto, é relevante destacar que um guia metodológico construído a partir e para a realidade francesa, apesar da evidente contribuição, dificilmente pode ser aplicado para os territórios brasileiros sem passar por adaptações. Diferenças históricas, culturais, educacionais, paisagísticas, produtivas, dentre outras, demandam a adaptação das ferramentas e métodos indicados no guia para que sejam eficientes na realidade brasileira.

É possível pensar na pesquisa-ação como uma metodologia interessante para o estabelecimento de uma CBST. Uma das definições possíveis de pesquisa-ação é apresentada por Thiollent (1998, p. 14) como sendo “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.”

Por sua característica de pesquisa participativa, com processos dialógicos de coleta de dados, tendo os atores sociais como primordiais nas ações e com caráter transformador do território onde está sendo realizada a pesquisa, alguns autores acreditam que exista uma correlação entre pesquisa-ação e os processos de desenvolvimento territorial sustentável (KARSLÉN; LARREA, 2015; LARREA, 2018). A pesquisa-ação, portanto, serve como instrumento de diálogo e uma forma de construção de novas práticas. Esta metodologia pressupõe a universidade como espaço social, mas a construção de conhecimentos é em prol da sociedade. Como prática pedagógica, a pesquisa-ação busca construir o conhecimento em rede, em processos contínuos, integrando o conhecimento e a criatividade da cultura popular com o conhecimento científico de forma a possibilitar as trocas com caráter transformador do território (THIOLLENT; COLETTE, 2020).

O foco principal da pesquisa-ação é a ação, com o objetivo de propiciar maior capacidade e qualidade de intervenção dos atores, que devem estar no centro da investigação. Para isso, é preciso definir a priori o relacionamento que se estabelecerá entre a pesquisa e os atores envolvidos, sejam eles atores sociais ou pesquisadores (THIOLENT; OLIVEIRA, 2016). Do ponto de vista dos pesquisadores, a pesquisa-ação promove uma ecologia dos saberes a partir das interações entre conhecimento científico e saberes populares e possibilita o diálogo entre esses diferentes saberes. Nessa perspectiva, o conhecimento se origina na comunidade externa e é levado para dentro da universidade, através de ferramentas como questionários, entrevistas, grupos focais, etc., somada a outras técnicas visuais e digitais, como comunicação e expressão gráfica (THIOLENT; OLIVEIRA, 2016).

No caso da adaptação da CBST ao contexto brasileiro e para processos de desenvolvimento territorial sustentável, a pesquisa-ação se apresenta como alternativa metodológica que pode estreitar as relações entre território e instituições de pesquisa, ensino e extensão de forma a fomentar e ampliar a participação de atores nas dinâmicas de valorização de recursos específicos do território. Através da pesquisa-ação, os atores vivenciam um processo de aprendizagem conjunta com objetivo de encontrar soluções para os problemas comuns identificados, bem como adquirir capacidade coletiva de decisão, de monitoramento e de avaliação quanto à valorização e ativação de recursos territoriais, segundo seus modos de produção e valorização (THIOLENT, 1998, p. 87).

A partir das experiências desenvolvidas em territórios de Santa Catarina, está sendo construída uma adaptação metodológica para a adoção do enfoque da cesta. Estratégias de inventário baseadas no percorrimento do território em companhia de atores locais e através de oficinas empregando imagens têm se mostrado capazes de estabelecer coletivamente resultados de pesquisa iniciais, direcionando os esforços na definição de uma identidade territorial. No que se refere à apropriação de habilidades empreendedoras, o uso das expertises já desenvolvidas no espaço universitário a partir da oferta de cursos de extensão de curta e média duração também apresentam potencial relevante.

Outra experiência relacionada à CBST no Brasil e que se fundamenta nos princípios da pesquisa-ação é a construção de um painel de indicadores para o monitoramento da implantação da CBST nos territórios, e a sua aplicação. O objetivo é que o painel de indicadores sirva como ferramenta metodológica de capacitação de atores territoriais e formação de agentes de desenvolvimento, fortalecendo o sistema de governança territorial e fomentando processos de pertencimento dos atores ao território (TURNES et al., 2022). Diante disso, estratégias de construção de projetos e planos coletivos em oficinas, empregando ferramentas relacionadas às áreas de inovação e empreendedorismo podem auxiliar no nivelamento de expectativas e entendimentos que se pretendem emancipatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de estratégias coletivas em territórios fragilizados, seja do ponto de vista social ou econômico, parece ser capaz de promover as capacidades de indivíduos e coletividades. A CBST se coloca como uma inovação social que permite estimular o movimento nessa direção.

Pensar em estratégias de valorização de recursos de um território, sejam esses bens e serviços mercantis ou não, bem como em uma oferta heterogênea e articulada capaz de promover dinamização econômica e valorização paisagística e cultural pressupõe uma metamorfose da percepção de moradores, visitantes e de agentes de desenvolvimento territorial. Trata-se de adotar uma engenharia territorial de concepção de projetos que fomentem a mudança e a inovação social.

Neste contexto, a pesquisa-ação enquanto metodologia que compreende tanto a oferta de processos educativos emancipatórios quanto a pesquisa científica pode ser utilizada para a construção coletiva de uma CBST em territórios rurais vulneráveis. Através da pesquisa-ação é possível definir recursos, capacitar indivíduos e atores e promover o diálogo, que pode levar a um sistema de governança territorial fortalecido. Por se tratar de um tipo de pesquisa empregada em processos de inovação coletiva, deve ser pensada como um método flexível e passível de mudança. Para tanto, o desafio consiste em adaptar ferramentas e métodos para as diferentes realidades socioeconômicas e culturais brasileiras, bem como dispor de recursos humanos e financeiros para mobilizar distintos atores do território e do universo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, Paulo F. et al. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010. p. 27-77.
- CAPELLESSO, A. J. et al. identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais em Anchieta (SC). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 205–223, 26 ago. 2022.
- CAZELLA, A. A. et al. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 49–74, 3 set. 2019.
- CAZELLA, A. A. et al. O enfoque da “Cesta de bens e serviços territoriais”: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 193–206, 2020.
- FAVARETO, A. et al. Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação**

e **Sustentabilidade**, n. 1, 19 dez. 2015.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). **FAO Hunger Map**. 2022. Disponível em: < <https://www.fao.org/fileadmin/templates/SOFI/2022/docs/map-pou-print.pdf>>. Acesso em 18 de junho de 2023.

GLON, E.; PECQUEUR, B. Développement et territoires : une question d'environnement et de ressources territoriales? **Territoire en mouvement Revue de géographie et aménagement**, n. 1, p. 13–22, 2006.

GODARD, O. L'écodéveloppement revisité. 1998.

HIRCZAK, M. et al. Le modèle du panier de biens: Grille d'analyse et observations de terrain. **Économie rurale**, n. 308, p. 55–70, 30 dez. 2008.

HIRCZAK, M.; JANIN, C.; LAPOSTOLLE, D. Cesta de Bens e Serviços Territoriais face à transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 22–40, 26 ago. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2010.

JANIN, C.; PERRON, L. **Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação** - guia metodológico. Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 147 p. (Epagri, Documentos, 304). Tradução de: Domitila Madureira

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável. In: VIEIRA, Paulo F. et al. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010. p 49-76.

KARSLEN, J.; LARREA, M. **Desarrollo territorial e investigación acción. Innovación a través del dialogo**. [s.l.] Universidad de Deusto, 2015.

KATO, K. Y. M.; DELGADO, N. G.; ROMANO, J. O. Territorial Approach and Rural Development Challenges: Governance, State and Territorial Markets. **Sustainability**, v. 14, n. 12, p. 7105, 9 jun. 2022.

LACOMBE, N.; CASABIANCA, F. By-products from raising small ruminants: an analysis based on the “baskets of goods” theory – A comparative study of Corsica, Sardinia and Morocco. 2018.

LARREA, M. Paulo Freire en la investigación-acción para el desarrollo territorial. **Reflexão e Ação**, v. 26, n. 1, p. 179–196, 27 abr. 2018.

LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale ? **Géographie, économie, société**, v. 7, n. 4, p. 321–331, 19 dez. 2005.

MEDEIROS, M.; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A. A configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico. **Redes**, v. 26, 23 dez. 2021.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Da governança da indicação geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 74–92, 26 ago. 2022.

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. **Économie rurale**, v. 263, n. 1, p. 16–34, 2001.

NASCIMENTO, E. P. D. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51–64, 2012.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie rurale**, v. 261, n. 1, p. 37–49, 2001.

PECQUEUR, B. Le tournant territorial de l'économie globale: **Espaces et sociétés**, v. n° 124-125, n. 1, p. 17–32, 1 jun. 2006.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. [s.l.] Vértice, 1986.

SEN. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 28–29, p. 313–334, 1993.

TECCHIO, A. et al. Desenvolvimento territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. 2020.

TEODORO, P. H. M. O paradigma do desenvolvimento e a polissemia da sustentabilidade. 2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 8. ed. [s.l.] Cortez, 1998.

THIOLLENT, M. J. M.; COLETTE, M. M. PESQUISA-AÇÃO, UNIVERSIDADE E SOCIEDADE. **Revista Mbote**, v. 1, n. 1, p. 042–066, 30 jun. 2020.

THIOLLENT, M.; OLIVEIRA, L. Participação, cooperação, colaboração na relação dos dispositivos de investigação com a esfera da ação sob a perspectiva da pesquisa---ação. **Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, v. 3, 2016.

TRIVELLATO, P. T. et al. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 865–874, mar. 2019.

TURNES, V. et al. Monitoramento de uma Cesta De Bens e Serviços Territoriais: a construção de um painel de indicadores. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 224–240, 26 ago. 2022.

VEIGA, J. E. D. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia**, v. 1, n. 1, 2003.

VEIGA, J. E. D. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 39–52, 2010a.

VEIGA, J. E. D. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: SENAC, 2010b.